

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.116 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 2000

PPA é aprovado com previsão de investir R\$ 1,135 trilhão até 2003

O substitutivo do relator Renato Vianna elevou em R\$ 21,78 bilhões os investimentos programados em relação ao valor original proposto pelo governo. Infra-estrutura e irrigação são algumas das áreas mais beneficiadas pelo Plano Plurianual



Em sessão realizada ontem pela manhã, o Congresso Nacional aprovou o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. Os deputados e senadores, com o voto contrário da oposição, acataram integralmente o substitutivo apresentado pelo relator, o deputado federal

Renato Vianna. O projeto, que agora segue para sanção presidencial, aumentou em R\$ 21,78 bilhões a receita prevista, elevando os investimentos em áreas como saúde, saneamento básico, educação, transportes e agricultura familiar.

PÁGINAS 3 E 4

PLENÁRIO RETOMA DISCUSSÃO DE PROPOSTA QUE REDEFINE CRITÉRIOS DA NACIONALIDADE

Começa hoje a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade brasileira.

PÁGINA 2

CAS define regras de pessoal para as agências reguladoras

PÁGINA 5

Senadores buscam formas de fortalecer cooperativismo

PÁGINA 6



O líder cooperativista Dalpasquale e os senadores Bello Parga e Francelino Pereira, durante debate na CCJ



O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Iram Saraiva (à esquerda), ao entregar o relatório

ACM recebe relatório sobre contas do governo em 99

PÁGINA 2

CCJ DEVE APRECIAR NA QUARTA PROCESSO DE CASSAÇÃO DE ESTEVÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve decidir na quarta-feira se o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado respeitou os princípios constitucionais e legais no processo de cassação do senador Luiz Estevão.

PÁGINA 2



O presidente da CCJ, José Agripino, anunciou a data

PEC da nacionalidade volta hoje ao Plenário

Será iniciado o segundo turno de discussão da proposta que garante o registro, em consulados do Brasil, de crianças de pais brasileiros nascidas no exterior. A emenda já foi aprovada em primeiro turno na semana passada

O Senado inicia hoje o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade. A iniciativa visa a corrigir interpretação dada ao nascimento de filhos de brasileiros no exterior, uma vez que os consulados têm entendido que o registro dessas crianças só pode ser feito em cartório localizado no Brasil. Por 58 votos a favor e nenhum contra, a matéria já foi aprovada em primeiro turno na semana passada.

A emenda restaura a redação dada pela Constituição de 1988 ao assunto, cujo texto foi extirpado pela revisão constitucional de 1994, criando um limbo jurídico para os filhos de brasileiros nascidos no exterior. Essas crianças ficaram sem possibilidade de ter registrada a nacionalidade brasileira, passando a correr o risco de serem consideradas apátridas caso a nação hospedeira de sua fa-

mília não acatasse o princípio da nacionalidade territorial para o cidadão ali nascido.

Ainda hoje realiza-se o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimos e máximos de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O texto estabelece que o limite máximo de 65 anos para nomeação de ministro não deve aplicar-se aos auditores do tribunal.

Em sua justificativa, Cabral invoca a situação atual de dois auditores do TCU que já exercem a função de ministro substituto – um há 23 anos e outro há 21 – e em breve estarão atingindo o limite de 65 anos de idade. Eles ficarão impedidos, portanto, de serem nomeados ministros. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Amir

Lando (PMDB-RO) concordou com Bernardo Cabral.

Na mesma sessão, a Casa deve deliberar sobre o Acordo de Cooperação na Área de Turismo celebrado, em 1999, entre o governo do Brasil e da Ucrânia. O objetivo da proposta é aprofundar as relações entre os dois países.

Está prevista ainda a votação de decretos legislativos destinados a renovar as concessões da Rádio Bela Vista, de Bela Vista (MS), e da Rádio Encruzilhadense, de Encruzilhada do Sul (RS). Pode também ser votado requerimento do senador Lúcio Alcântara para que tramitem conjuntamente projetos que modificam a lei do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), a fim de incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, catástrofes ocasionadas pela natureza e o pagamento de anuidades de ensino médio e de curso superior.



ENTREGUE RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS DE 1999

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, do ministro Iram Saraiva, presidente do Tribunal de Contas da União

(TCU), o relatório sobre as contas do presidente Fernando Henrique relativas a 1999. As contas e o relatório do tribunal agora serão examinados pelos parlamentares.

Para ACM, jantar do PFL com presidente só teve fatos positivos

Ao comentar o encontro da bancada do PFL na Câmara com o presidente Fernando Henrique, na residência do deputado Heráclito Fortes (PFL-PI), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou o evento “excelente”. Segundo disse, “o presidente estava muito feliz e o jantar só teve fatos

positivos”. O senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, também participou.

Com relação à PEC que disciplina a edição de MPs, o senador disse que a matéria está com a tramitação atrasada. E acrescentou: “A oposição tem certa responsabilidade no andamento da proposta”.

Parecer sobre Luiz Estevão deve ser votado quarta-feira na CCJ

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), informou ontem que o colegiado deverá votar na próxima quarta-feira o parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) sobre a recomendação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para que seja cassado o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Na segunda-feira, Tuma fará a leitura do seu parecer, mas a votação provavelmente não ocorrerá nesse dia em função de pedido de vista que José Agripino considera como certo. Se solicitada, a vista será concedida por 48 horas.

José Agripino explicou que Tuma se manifestará a respeito da constitucionalidade, legalidade e juricidade do parecer de

autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) aprovado pelo Conselho de Ética na madrugada de ontem. No texto, Jefferson Péres conclui pela apresentação de projeto de resolução em que é proposta a cassação de Estevão que teria ferido o decoro parlamentar e dificultado as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário sobre o superfaturamento das obras do fórum do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

Segundo o Regimento Interno do Senado, a CCJ tem o prazo de cinco sessões ordinárias, contado a partir de hoje, para votar o parecer de Romeu Tuma, depois de ouvida a defesa e a matéria ser debatida pelos senadores.

– Pretendo fazer a votação na quarta-feira, sem utilizar todo o prazo de que dispõe a comissão – disse José Agripino, acrescentando que nessa situação não cabe recursos com vistas à dilação do prazo.

Na comissão, o parecer será aprovado ou rejeitado pela maioria dos votantes, estando presentes 12 de seus 23 membros. Aprovado o parecer pela CCJ, o projeto de resolução segue para o Plenário, onde, para ser aprovado, terá de receber os votos favoráveis de, no mínimo, 41 dos 81 senadores, em votação secreta.

O projeto só será incluído na Ordem do Dia depois de serem publicados no *Diário do Senado* e em avulsos os pareceres do conselho e da CCJ.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

PLENÁRIO

9h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeiro dia de discussão em segundo turno da PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PDL nº 5/96, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Bela Vista para explicar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Vista (MS); PDL nº 50/96, que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Encruzilhadense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encruzilhada do Sul (RS); PDL nº 49/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre os governos do Brasil e da Ucrânia; e Requerimento nº 309/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 18/2000, com os PLSs nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso aprova Plano Plurianual 2000/2003

O projeto, que será agora enviado à sanção presidencial, prevê gastos de R\$ 1,135 trilhão para o período de quatro anos. A votação de ontem também garantiu R\$ 2,23 bilhões para o Programa de Renda Mínima, do governo federal

O Congresso Nacional aprovou ontem o Plano Plurianual (PPA) para o período que vai de 2000 a 2003. O relator, deputado Renato Vianna (PMDB-SC), acatou as nove emendas apresentadas em Plenário. A matéria vai agora à sanção.

A sessão do Congresso havia sido convocada para a votação de 32 vetos presidenciais. Por decisão do Plenário, a votação foi adiada e, com o consenso das lideranças partidárias, foi realizada a deliberação do PPA.

O projeto original do PPA enviado pelo governo previa gastos de R\$ 1,113 trilhão. O substitutivo apresentado pelo relator e aprovado pela Comissão Mista

de Planos, Orçamento Público e Fiscalização aumentou a previsão para R\$ 1,135 trilhão. O acréscimo foi possibilitado por uma nova estimativa da receita disponível.

Atendendo à proposta do relator, os parlamentares aprovaram a destinação do saldo restante do plano, de R\$ 632 milhões, ao Programa de Renda Mínima do governo federal. O programa, cuja proposta original de R\$ 800 milhões em quatro anos já havia sido dobrada pelo relator, atinge agora o montante de R\$ 2,23 bilhões. Os parlamentares da oposição votaram contra o projeto.



O PPA foi aprovado contra o voto dos partidos de oposição na sessão do Congresso realizada ontem. O relator da proposta, deputado Renato Vianna (destaque), acatou as nove emendas apresentadas



Programa de saúde da família terá R\$ 400 milhões adicionais

Ao justificar seu substitutivo, o deputado Renato Vianna, relator do Plano Plurianual (PPA), destacou várias alterações que realizou na proposta original. Entre as mudanças, foram acrescentados R\$ 400 milhões para o programa de saúde da família; R\$ 400 milhões para programas de saneamento básico; R\$ 104 milhões ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf); e R\$ 28 milhões para o Programa Escola de Qualidade.

Vianna acatou, total ou parcialmente, nove destaques apresentados para votação em separado no Plenário. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que apresentou destaques para duas emendas da bancada sergipana no Congresso, foi atendido integralmente. Serão destinados mais R\$ 7 milhões para obras de controle de enchentes no seu estado e mais R\$ 5 milhões deverão ser aplicados em infra-estrutura hídrica. Também foi acatada integralmente a emenda da bancada de Roraima, destacada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), destinando R\$ 10,2 milhões para obras de infra-estrutura básica em quatro municípios da área do projeto Calha Norte.

O relator também acatou uma emenda destinando mais R\$ 32 milhões para o Rodoanel de São Paulo (que já tivera ampliada sua dotação original de R\$ 430 milhões para R\$ 668,1 milhões). Outras emendas de deputados destacadas e acatadas pelo relator destinam R\$ 30 milhões para o Proágua em Goiás; R\$ 8 milhões para o projeto Turismo Verde, no Amazonas; e R\$ 3 milhões para a criação de defensorias públicas da

criança e do adolescente em vários estados e no Distrito Federal.

Renato Vianna destacou a discussão democrática em torno do plano e a participação dos dez relatores setoriais. Entre eles, os senadores José Alencar (PMDB-MG), que relatou a área de Previdência e Assistência Social; Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que ficou responsável pelo setor de Saúde; e Moreira Mendes (PFL-RO), responsável pela área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

O PPA, destacou o relator, prevê um juro médio anual para 2000 em torno de 13,5%, o que, segundo ele, facilitará a retomada do crescimento econômico. O plano prevê, para este ano, um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4%, pulando para 4,5% no ano que vem e de 5% em 2002 e 2003.

MINORIAS

O Congresso também aprovou projeto de resolução que acrescenta uma vaga para cada Casa do Congresso Nacional na composição das comissões mistas. Essa vaga será preenchida, em rodízio, exclusivamente pelas bancadas minoritárias que não alcancem, no cálculo da proporcionalidade partidária, número suficiente para participar das referidas comissões.

Infra-estrutura e irrigação estão entre as áreas mais beneficiadas

As áreas de infra-estrutura, irrigação, meio ambiente, esportes e turismo são as mais beneficiadas pelo Plano Plurianual (PPA) para o período 2000/2003, aprovado ontem pelo Congresso Nacional. Esses setores receberão boa parte dos R\$ 21,78 bilhões acrescentados

gestões para ampliação dos investimentos públicos. “O instrumento que usamos para identificar as prioridades nacionais, em relação a investimentos, foram as emendas apresentadas pelos parlamentares, identificando as carências por ação governamental e corrigindo, em parte, os desequilíbrios regionais”, justificou Vianna em seu parecer.

O relator propôs o aumento de dotação para obras de infra-estrutura que compõem os principais eixos de desenvolvimento definidos pelo Plano Plurianual. A destinação de recursos para o Rodoanel de São Paulo, por exemplo, saltou de R\$ 430 milhões para R\$ 668,1 milhões. A adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, que receberia R\$ 599,7 milhões, deverá ter R\$ 873,7 milhões. No Corredor Mercosul, a dotação para a construção de trechos rodoviários passou de R\$ 178,7 milhões para R\$ 430,8 milhões.

pelos parlamentares ao valor inicialmente estipulado pelo governo para os próximos três anos e meio.

O projeto original do PPA — que orientará a elaboração dos orçamentos anuais até 2003, primeiro ano do mandato do futuro presidente da República — previa gastos de R\$ 1,113 trilhão. O substitutivo aprovado, elaborado pelo deputado Renato Vianna, estabeleceu a quantia de R\$ 1,135 trilhão.

Com a reavaliação da receita disponível, o relator acatou su-

PREVISÕES DO PPA

ANO	PIB	INFLAÇÃO (*)
2000	4,0%	6,07%
2001	4,5%	4,32%
2002	5,0%	3,45%
2003	5,0%	2,99%

(*) IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas

Fonte: Relatório do deputado Renato Vianna

Na página 4, as reações do governo e da oposição à aprovação do PPA 2000/2003

Líder governista afirma que PPA impulsionará o desenvolvimento

O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), apontou aspectos inovadores no Plano Plurianual (PPA). Ele destacou, em especial, o novo espaço aberto pelo governo para parceria econômica com o setor privado, que será responsável pela maior parte dos investimentos previstos, que totalizam mais de R\$ 1 trilhão, distribuídos por 365 projetos.

— O Congresso Nacional deu um passo de gigante ao aprovar esse plano, porque há muito tempo não se fazia planejamento a médio prazo nesse país. Trata-se de uma mudança de mentalidade que dará grande impulso ao desenvolvimento do país. Daqui para frente, vamos nos concentrar em mudanças estruturais e harmônicas da economia — garantiu.

Ele rebateu críticas do líder do PT, deputado Aloysio Mercadante (SP), que considerou “equivocadas” as prioridades do PPA. Segundo Virgílio, o PT trabalha com um pessimismo que não é a ótica do governo. “Para nós, o Brasil vai crescer 3,5% no corrente ano e 5,5% em 2001 e,



Arthur Virgílio: “Daqui para frente, vamos nos concentrar em mudanças estruturais e harmônicas na economia”

no fundo, o essencial é manter o país funcionando a ritmo cada vez maior”, observou o deputado.

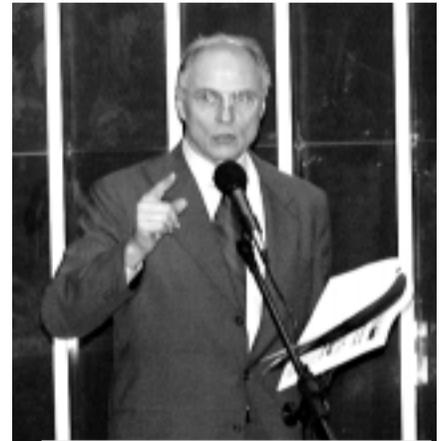
Arthur Virgílio afirmou que a implantação do PPA criará 8 milhões de novos empregos. “Dessa vez o Brasil se desenvolverá melhor, porque dispõe de planejamento e tem estabilidade econômica, sem a inflação que distorcia todos os esforços a médio e longo prazos.”

Para Suplicy, plano agravará as disparidades regionais e sociais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que o Plano Plurianual não tenha sido projetado de acordo com as prioridades sociais do país. Para o parlamentar, o governo poderia ter aproveitado a oportunidade para elaborar um projeto que resgatasse o direito das minorias, desse pleno emprego e cidadania a todos os brasileiros.

— Não é difícil dar a todos os 167 milhões de brasileiros uma garantia de renda mínima de R\$ 20 reais por mês, o que totalizaria R\$ 40 bilhões anuais. Se fôssemos arbitrar R\$ 40 mensais por pessoa, seriam R\$ 80 bilhões, montante ainda inferior ao que o governo gasta com serviço das dívidas interna e externa por ano. É exatamente uma proposta de renda básica incondicional como essa que está sendo discutida em Berlim, nesse momento — argumentou.

A estratégia do PPA é, para Suplicy, exatamente oposta à distribuição equitativa de renda, uma vez que os programas sociais estão mal representados — somente R\$ 2,23 bilhões para renda mínima — e os chamados eixos de desenvolvimento, ao priorizarem justamente as re-



Na opinião de Suplicy, o PPA prioriza regiões e setores privilegiados, em detrimento do combate à pobreza

giões e atividades mais dinâmicas do país, resultarão no agravamento das desigualdades entre pessoas e regiões.

Ele lembrou que o seqüestrador do ônibus, no Rio de Janeiro, episódio de violência que resultou em duas mortes, foi um menino de rua, sobrevivente da chacinha da Candelária, em 1993. “Se tivesse recebido ajuda financeira e oportunidade de um emprego digno, será que teria recorrido à violência?”, perguntou.



No encontro, os dois senadores e os sindicalistas debateram a privatização do setor elétrico

Heloísa Helena e Geraldo Cândido discutem questão energética com sindicalistas

Os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Heloísa Helena (PT-AL) receberam ontem a visita de vários representantes do setor elétrico.

Estiveram presentes, entre outros, os sindicalistas Agenor de Oliveira, da Ilumina; Rogério da Silva, do Sinergia-SP; e José Drummond Saraiva e Luiz Carlos Oliveira, do Sindicato dos Urbanitários-RJ. No encontro, foram entregues aos senadores estudos detalhados sobre a ques-

ção energética no país.

De acordo com a senadora Heloísa Helena, líder do Bloco Oposição, o objetivo da visita foi o de estabelecer estratégias para aproximar a sociedade dos esforços para impedir a privatização do setor elétrico, considerada prejudicial ao desenvolvimento do país.

Geraldo Cândido classificou o encontro como um passo inicial para mobilizar esforços com relação à discussão da questão energética.

Ademir critica cortes orçamentários e diz que FHC compromete o futuro da nação

Manifestando total discordância com a política econômica do governo, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que, para cumprir acordo com o FMI, “o presidente Fernando Henrique Cardoso está submetendo a população brasileira a um sacrifício histórico e comprometendo o futuro da nação”.

Ele apelou à bancada paraense no Legislativo e ao governador Almir Gabriel para que se articulem a fim de pressionar o governo federal no sentido de impedir que cortes orçamentários inviabilizem obras hoje imprescindíveis para o Pará. “Somente dessa forma, teremos chance de resgatar algumas das prioridades que, na ocasião da discussão do Orçamento, conseguimos estabelecer”, afirmou Ademir Andrade.

Referindo-se aos cortes de R\$ 7,4 bilhões feitos pelo governo nos investimentos previstos no Orçamento, Ademir Andrade os considerou inexplicáveis. “É um crime o que o governo Fernando Henrique Cardoso está fazendo com o



Conforme Ademir, FHC “submete a população a sacrifícios históricos” para cumprir o acordo com o FMI

país. Os gastos com o social e os investimentos em infra-estrutura têm prioridade menor neste governo”, lamentou o parlamentar.

Para ele, ao privilegiar o pagamento do serviço da dívida e favorecer a especulação financeira, o Poder Executivo tem sacrificado investimentos que são essenciais para o desenvolvimento do país, especialmente nas regiões que mais padecem de infra-estrutura básica.

O senador também afirmou que o contingenciamento anunciado pelo governo federal nos investimentos de infra-estrutura está sendo feito de forma

perversa. Ele explicou que, em vez de estabelecer um critério de prioridades para evitar cortes ou atraso em projetos de importância estratégica, o governo optou por estabelecer um limite de valor a ser gasto por cada ministério ou órgão governamental.

“Na prática, isso significa que cada ministro, por critério próprio, é quem vai determinar onde investir e onde cortar”, afirmou Ademir Andrade, observando que isso poderá ser desastroso para as regiões que, historicamente, têm sido desfavorecidas em termos de investimentos federais.

CAS aprova regras para pessoal de agências reguladoras

Relatório do senador Romero Jucá defendendo a manutenção do texto sem emendas foi acolhido. A matéria, que tramita em regime de urgência constitucional, agora está pronta para votação em Plenário

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram ontem parecer favorável ao projeto de lei que define regras para a gestão de recursos humanos das agências reguladoras de setores privatizados da economia. Depois de receber parecer favorável na CAS e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta, que tramita em regime de urgência constitucional, está pronta para votação em Plenário.

Os integrantes do Bloco Oposição votaram contra o relatório do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que recomendava a aprovação do projeto sem alterações, e apoiaram voto em separado apresentado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), que sugeria a aprovação de mais de dez emendas. O projeto, que é do Executivo e já foi aprovado pela Câmara, determina que os servidores das agências reguladoras serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não pelo Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos federais (Lei 8.112, de 1990). Pela proposta, o regime de emprego das agências será público, vedan-



Projeto que define regras para a gestão de recursos humanos das agências reguladoras recebeu parecer favorável de Romero Jucá e foi aprovado pela CAS

do aos ocupantes dos cargos o exercício de outra atividade em empresa ou direção político-partidária. Além disso, o projeto define que as agências poderão requisitar, sem ônus, servidores e empregados de órgãos públicos.

— A criação das agências reguladoras acaba por dar tratamento

diferenciado à gestão dos recursos humanos. Essas agências necessitam de critérios mais uniformes nesse aspecto, preservando as características de cada uma delas — afirma Jucá no parecer, indicando que a proposta pode, inclusive, determinar ganhos salariais para os servidores.

O ingresso nas carreiras de agências como a Anatel (de telecomunicações) e ANP (de petróleo) será por concurso público. As autarquias também poderão criar “quadro de pessoal em extinção”, destinado à absorção de empregados de empresas públicas federais liquidadas ou em processo de liquida-

ção, como a Telebrás.

PODER DE POLÍCIA

Para as senadoras Heloísa Helena e Emilia Fernandes (PDT-RS), a propalada “flexibilização das estruturas” no serviço público descarta a estabilidade na contratação de pessoal. Segundo Emilia, o Plano Diretor da Reforma do Estado define que os servidores das agências prestam serviços que só podem ser realizados pelo governo e que, por isso, “não é possível que o regime de seus trabalhadores seja regido pela CLT”.

— Como pode alguém exercer poder de polícia sem contar com as garantias necessárias para o exercício das funções públicas, com autonomia e tendo como fim o interesse público? Parece-nos inconstitucional a nomeação de pessoal que não seja aquela prevista pelo RJU, tendo em vista a natureza fiscalizadora das atividades — ponderou Heloísa, líder do Bloco Oposição, ao lamentar a forma com que o Senado analisou a questão, “de afogadilho, de maneira superficial e irresponsável”. Para Emilia, o Senado abriu mão da prerrogativa de aperfeiçoar o projeto.

Martus será convidado para falar sobre greve de servidores

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento da senadora Heloísa Helena que convida o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para falar sobre a greve dos servidores públicos. A audiência ainda não tem data marcada, mas, segundo o presidente da comissão, senador Osmar Dias (PSDB-PR), deve ocorrer na última semana de junho.

Além de Martus Tavares, Heloísa queria que um representante do

comando unificado de greve participasse da reunião. O vice-líder do governo, Romero Jucá, discordou e sugeriu que as lideranças sindicais fossem ouvidas em outra oportunidade, posição compartilhada por Geraldo Althoff (PFL-SC).

A CAS também iniciou ontem a análise do relatório de Jucá sobre o projeto de lei da Câmara que define a relação de estados, municípios e órgãos públicos com suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. Heloísa pediu vista da matéria, que voltará à pauta da comissão na próxima semana.

Segundo Jucá, o projeto, encaminhado pelo governo federal, define o controle sobre os fundos de pensão das estatais. Dados do Ministério da Previdência e Assistência Social indicam que existem 95 entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas — 34 federais, 59 estaduais ou do Distrito Federal e duas municipais. Elas reúnem 3,3 milhões de participantes e dependentes e contam com ativos de R\$ 87 bilhões.

Municípios poderão ser autorizados a tomar empréstimos para modernização

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na manhã de ontem projeto de resolução do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que autoriza os municípios a tomarem empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.

A matéria, relatada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), previa que a Caixa Econômica Federal (CEF) seria o órgão estatal responsável pelos empréstimos. No entanto, substitutivo apresentado na reunião pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) modificou a proposta, definindo o BNDES como a fonte dos recursos. Jucá alegou que recebeu informações do Executivo de que a CEF não teria verbas suficientes neste ano, e o argumento foi aceito pelos senadores.

O relator, Roberto Saturnino, reafirmou sua posição favorável



Bornhausen é autor do projeto que viabilizará recursos para fortalecimento administrativo dos municípios

aos empréstimos pretendidos pelos municípios, sustentando que terão um impacto positivo nas finanças das prefeituras. O projeto aprovado estabelece que o município que pedir empréstimo ao BNDES para modernizar sua máquina administrativa será dispensado de apresentar saldo nas contas públicas e de fornecer certidões, conforme exige a Resolução 78 do Senado. Saturnino salientou a importância de os empréstimos estarem disponíveis a tempo

de os municípios adequarem-se ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal (PNAFM).

A CAE aprovou, na mesma reunião, o empréstimo de até US\$ 25 milhões a ser tomado pela União junto ao Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (Fida), para o financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste.



Heloísa Helena quer a presença do ministro para debater a situação dos servidores públicos federais

CCJ discute propostas para as cooperativas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promoveu ontem uma audiência pública para debater os três projetos que tratam sobre a atividade das cooperativas

Para presidente da OCB, projeto de Osmar é o melhor

Em seu depoimento à CCJ, o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Dejandir Dalpasquale, defendeu o projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) como o que mais atende às necessidades do setor. Para ele, a proposta do senador não é inconstitucional ao manter a unicidade da representação do sistema cooperativista nacional na OCB, que, pelo projeto, seria a entidade responsável pelo registro de cooperativas:

– A constitucionalidade é

perfeita – reiterou, repassando à CCJ documento para subsidiar a análise do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Com cerca de 6 mil cooperativas, o cooperativismo nacional reunido em torno da OCB, segundo Dalpasquale, ganha maior importância ainda no momento atual, como instrumento a contrabalançar o “capitalismo selvagem” e a redução dos postos de trabalho que caracterizam a globalização e a abertura de mercados.

Relator promete aprofundar estudos sobre o assunto

O relator dos três projetos que tratam do cooperativismo, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Francelino Pereira, disse ontem que pretende produzir um documento que “será inserido na história do cooperativismo brasileiro”. Para isso, segundo o senador, é necessário um maior aprofundamento dos debates em torno do assunto. Ele disse estar “diante de um desafio”, mas garantiu que tudo fará para emitir parecer, ainda no mês de julho, com um meio-termo de todas as tendências do cooperativismo:



Bernardo Cabral lamentou que autoridades não dêem devido valor às cooperativas

– Vamos lutar para chegarmos à convergência – afirmou o senador, acrescentando esperar que a matéria, que reúne projetos dos senadores Osmar Dias, Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Fogaça (PMDB-RS), esteja pronta para entrar na pauta de votação ainda em agosto.

Francelino explicou que não tem ainda um amplo conhecimento sobre o cooperativismo no Brasil, e disse ter participado de recente encontro com representantes de entidades coopera-

das, em Belo Horizonte, quando teve as primeiras informações sobre a atividade no país. O senador colocou os três projetos em sua página na Internet, para receber sugestões e subsídios. Ele também irá conversar com os autores das propostas para obter mais informações sobre o cooperativismo:

– Quero, nesse recesso parlamentar, me aprofundar no estudo dessa matéria, quanto à extensão, à oportunidade e à definição sobre uma legislação cooperativista para o Brasil – enfatizou.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), em aparte, lamentou que as autoridades brasileiras não dêem às cooperativas o valor que deveriam dar. Ele frisou que o assunto é da maior relevância para o país, tanto que foi alçado em nível constitucional. Ele lembrou que, ao tratar dos agentes normativos e reguladores das atividades econômicas, a Constituição diz que as cooperativas terão prioridade. O senador Eduardo Suplicy cumpriu a iniciativa de Francelino Pereira de convocar a audiência pública.

brasileiras. Solicitada pelo senador Francelino Pereira, relator das matérias, a audiência contou com a presença de diversos representantes do setor.

Observado por Dalpasquale (E) e Parga, Francelino (D) garantiu: ‘Vamos lutar pela convergência’



OPINIÕES

ALFEU SILVA MENDES

Presidente da Organização das Cooperativas de Minas Gerais

Disse que, se o Congresso não aprovar rapidamente uma nova lei para o cooperativismo, a tendência é o esfacelamento do setor.

“Por falta de uma legislação, pessoas inescrupulosas estão se unindo a grupos de produtores, trabalhadores rurais ou urbanos, constituindo um estatuto fajuto e se apresentando como cooperativas para sair oferecendo a força de trabalho destes trabalhadores.”



EDMUNDO CASTILHO

Presidente da Unimed do Brasil

Disse que atualmente o ponto crítico do cooperativismo no Brasil são as falsas cooperativas. Ele afirmou que a legislação sobre cooperativismo, que está sendo debatida no Senado, deve incluir mecanismos que permitam a identificação das cooperativas que funcionam corretamente e das que atuam de forma errada.

DANIEL RECH

Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris)

O advogado defendeu a autonomia funcional das cooperativas. “Não podemos pensar a cooperativa apenas como uma grande corporação anônima, onde há necessidade de uma lei que preserve, por exemplo, os direitos ou as possibilidades de participação de acionistas minoritários. Estamos tratando de uma sociedade que visa incentivar a atividade produtiva.”



VIRGÍLIO PERIUS

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

O professor acha que a decisão sobre a representação das entidades cooperativas no país não cabe ao Congresso Nacional e sim às próprias entidades. Este seria um dos dois pontos mais polêmicos nas três propostas de regulamentação do sistema nacional de cooperativas em exame no Senado. O outro seria referente ao papel a ser desempenhado pelo Estado. Ele defendeu que uma secretaria especial ou um ministério assumam a responsabilidade.

AMÉRICO UTIMI

Aliança Cooperativa Internacional

Defendeu a necessidade de haver uma organização única defendendo o cooperativismo no país e que o Congresso aprove o mais rápido possível uma legislação sobre o assunto. Informou que a tendência mundial é da unicidade do sistema cooperativista e citou o exemplo da Argentina, que até há pouco tempo tinha uma entidade representando as cooperativas agropecuárias e outra, as urbanas.



ODACIR KLEIN

Ex-deputado e ex-ministro dos Transportes

Assegurou que, à exceção da representação sindical, que a Constituição obriga à unicidade, todos os outros casos não estão sujeitos à mesma obrigatoriedade. Com expressa determinação constitucional de não-interferência estatal, acrescentou, o cooperativismo tem necessidade de que entidades estaduais reunidas em torno de uma nacional.



GUNTOFF VAN KAICK

Organização das Cooperativas do Paraná

Defendeu que uma estrutura legal forte e estável é condição para um cooperativismo próspero. Kaick relatou que, na Alemanha, o setor se estrutura conforme o princípio da autogestão, em que a responsabilidade final é delegada às assembleias. Outro requisito a um cooperativismo forte, acrescentou, é a implantação de um sistema de treinamento, com profissionalização dos quadros.



SILAS BRASILEIRO

Presidente da Frente Parlamentar de Cooperativismo

O deputado federal (PMDB-MG) defendeu a criação de uma legislação que sirva de parâmetro para que as cooperativas possam se organizar, mas sem que isto signifique uma intervenção do Estado. “Sou contrário à intervenção do Estado, mas acho que temos que ter claramente quais as regras, quais os parâmetros que devemos seguir.”



PAULO ROBERTO STOBEL

Organização das Cooperativas do Paraná

O assessor jurídico argumentou que, ao preverem um sistema nacional de cooperativas, os três projetos supõem a unicidade da representação do setor. Como sociedades civis de direito privado, as cooperativas precisam ser registradas, o que em nada agride a liberdade de criação e funcionamento assegurada pela Constituição, acrescentou.

TV apresenta documentário *O Missionário da Floresta*

A trajetória de um religioso que nasceu na Itália e há quase 50 anos trabalha para melhorar a vida dos povos da Amazônia vai ao ar hoje, amanhã e domingo, em produção da TV Senado

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania*: Sen. Emilia Fernandes e José Vicente Goulart falam sobre a morte de Jango
7h30 — *Entrevista*: Sen. Lúcio Alcântara fala sobre o direito à privacidade
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: Coração do Pantanal — Corumbá (MS)
9h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (reapresentação)
13h30 — *Cidadania*: Sen. Pedro Simon e o presidente do Movimento Parlamentarista Brasileiro, Vamireh Chacon, falam sobre o parlamentarismo no Brasil
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Entrevista*: Sen. Geraldo Melo fala sobre a defesa nacional
19h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis
19h30 — *Cidadania*: Sen. Emilia Fernandes e José Vicente Goulart falam sobre a morte de Jango
20h30 — *Entrevista*: Sen. Lúcio Alcântara fala sobre o direito à privacidade
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Especial: Um Missionário da Floresta*
22h30 — Teatro Arthur Azevedo: Show "Canção do Amor", com Tetê Espindola
23h30 — *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre a reforma política
0h — Filmes documentários: *Negros de Cedro/Aruanda/Casa Grande*

AMANHÃ

1h — *Debate*: Sen. Geraldo Cândido e Ricardo Fonseca, procurador do Trabalho de Campinas, falam sobre as cooperativas de trabalho
2h — *Unip*: Gastrite
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Natal
3h30 — *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre o

primeiro emprego

4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Gastrite
5h — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: Aqui e Lá, Diadema (SP)
5h30 — *Especial*: Forte de Santa Cruz
6h — *Cores do Brasil*: Folclore goiano
6h30 — *Agenda Econômica*: Dep. Delfim Netto fala sobre as privatizações
7h30 — *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre a reforma política
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: A mulher, a árvore e o chapéu — Sobral (CE)
9h — *ABD no Ar*: A lei do curta — 1ª parte
9h30 — *De Coração*: Medicina baseada em evidências
10h — *Especial Fortes*: Forte de Santa Cruz
10h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no Maranhão
11h — *Entrevista Especial*: Dr. Elsimar Coutinho
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista*: Sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre a criação de novos estados
13h — *Unip*: Gastrite
13h30 — *Agenda Econômica*: Dep. Delfim Netto fala sobre as privatizações
14h30 — *Especial: Um Missionário da Floresta*
15h30 — *Especial Cultural*: Nilson Chaves
16h30 — *Entrevista*: Sen. Geraldo Melo fala sobre a defesa nacional
17h — *Revista Brasília*
18h — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: O velho e o novo — São Luís (MA)
18h30 — *Especial Fortes*: Forte de Santa Cruz
19h — *Tela Brasileira*: Alberto Graça
19h30 — *Cidadania*: Sen. Emilia Fernandes e José Vicente Goulart falam sobre a morte de Jango
20h30 — *Entrevista*: Sen. Lúcio Alcântara fala sobre o direito à privacidade
21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Peça "Intensa Magia"
23h — *Entrevista Especial*: Dr. Elsimar Coutinho
0h — Filmes documentários: *Negros de Cedro/Aruanda/Casa Grande*

DOMINGO

1h30 — *Cidadania*: Sen. Emilia Fernandes e José Vicente Goulart falam sobre a morte de Jango
2h — *Unip*: Menopausa
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
3h30 — *Entrevista*: Sen. Geraldo Melo fala sobre a defesa nacional
4h — *Jornal do Senado*
4h30 — *Unip*: Menopausa
5h — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: O velho e o novo — São Luís (MA)
5h30 — *Especial Fortes*: Forte de Santa Cruz
6h — *Cores do Brasil*: Turismo no Pará
6h30 — *Debate*: Sen. Geraldo Cândido e Ricardo Fonseca, procurador do Trabalho de Campinas, falam sobre as cooperativas de trabalho
7h30 — *Entrevista*: Sen. Geraldo Melo fala sobre a defesa nacional
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: Espelho das Águas — Araruama (RJ)
9h — *Tela Brasileira*: Alberto Graça
9h30 — *De Coração*: Medicina baseada em evidências
10h — *Especial*: Forte de Santa Cruz
10h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas
11h — *Entrevista Especial*: Dr. Elsimar Coutinho
12h — *Jornal do Senado*
12h30 — *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre a reforma política
13h — *Unip*: Menopausa
13h30 — *Cidadania*: Sen. Pedro Simon e o presidente do Movimento Parlamentarista Brasileiro, Vamireh Chacon, falam sobre o parlamentarismo no Brasil
14h30 — *Especial*: TCU aprecia as contas de 1999 do governo federal
17h — *Revista Brasília*
18h — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Coração do Pantanal — Corumbá (MS)
18h15 — *Especial: Um Missionário da Floresta*
19h — *ABD no Ar*: A lei do curta — 1ª parte
19h30 — *Agenda Econômica*: Dep. Delfim Netto fala sobre as privatizações
20h30 — *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre o primeiro emprego
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Peça "Intensa Magia"
23h — *Entrevista Especial*: Dr. Euzimar Coutinho
0h — *Revista Brasília*

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Estréia hoje na TV Senado o documentário *O Missionário da Floresta*, mostrando a trajetória do padre Paolino Baldassari, que nasceu na Itália, escapou da morte na Segunda Guerra Mundial e há quase 50 anos trabalha para melhorar a vida dos povos da Amazônia. O vigário da igreja matriz de Sena Madureira, a cerca de 200 quilômetros de Rio Branco, no Acre, chega a passar seis meses por ano dentro da mata, prestando todo tipo de atendimento a milhares de seringueiros e índios.

Produzido pela TV Senado, o documentário tem direção e edição de Dulcídio Siqueira, reportagem de Ângela Brandão, imagens de Marcos Feijó e narração de Max Fabiano. Vai ao ar hoje, às 21h30, amanhã, às 14h30, e domingo, às 18h15.

Hoje e amanhã, à meia-noite, a TV Senado exibe o segundo programa da série *Redescoberta do Cinema Nacional*, com os curtas *Negros de Cedro, Aruanda e Casa Grande e Senzala*. Também amanhã, às 19h, e no domingo, às 9h, vai ao ar o *Tela Brasileira*, produzido pela Associação Paulista de Cineastas. O

convidado é o cineasta Alberto Graça, que fala sobre o filme *O Dia da Caça*.

A TV Senado apresenta ainda o Programa *ABD no AR*. Produzido pela Associação Brasileira de Documentaristas, vai ao ar amanhã, às 9h, e domingo, às 19h.

A atração do Theatro Arthur Azevedo, de São Luís, é o espetáculo dramático *Intensa Magia*. O texto de Maria Adelaide Amaral, dirigido por Paulo César Saraceni, será exibido amanhã e domingo, sempre às 21h30.

No *Espaço Cultural*, a TV Senado apresenta às 15h30 de amanhã o show do compositor paraense Nilson Chaves.

O programa *Revista Brasília* estréia um novo quadro, "Cá Entre Nós". Vai ao ar amanhã, às 17h, e domingo às 17h e à meia-noite.

No *Entrevista Especial*, que vai ao ar amanhã e domingo, às 11h e 23h, Fernando Cesar Mesquita conversa com o médico Elsimar Coutinho sobre reprodução humana e as mudanças no comportamento da mulher diante das novas possibilidades da ciência.

Instituto Teotônio Vilela promove pré-lançamento

O filme *Milagre em Juazeiro*, de Wolney Oliveira, baseado no mito do padre Cícero Romão Batista, será exibido em pré-lançamento pelo Instituto Teotônio Vilela, na quarta-feira, às 18h, no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente do ITV, destaca a importância do sacerdote como liderança política e também na formação do imaginário religioso dos nordestinos.

O filme conta, segundo o diretor, um episódio de enorme impacto na vida da comunidade da região do Cariri, no Ceará, e que construiu o mito do padre. Corria o ano de 1889, o personagem era o pároco de Vila Juazeiro, no sul do Ceará. Após officiar missa, ele deu comunhão aos fiéis, entre os quais a beata Maria de Araújo. Ao tocar-lhe a boca, a hostia transformou-se em sangue. *Milagre em Juazeiro* mostra a reação da Igreja diante do "milagre", que se tornou o centro de uma polêmica.

Grandes vozes femininas do jazz são destaque em Improviso

O programa *Improviso — Jazz sem fronteiras* que vai ao ar amanhã, às 20h, pela Rádio Senado FM, coloca em evidência algumas das principais vozes femininas do jazz. Durante 60 minutos, os ouvintes apreciarão marcantes interpretações de Ella Fitzgerald, Billie Holiday, Dinah Washington e Diane Schuur, entre outras.

Além da transmissão normal em frequência modulada, em 91.7, para o Distrito Federal, o programa pode ser acompanhado pela Internet, em tempo real, a partir do portal do Senado (www.senado.gov.br), através das conexões de alta velocidade disponíveis no mercado, como cabo, ADSL e rádio frequência.

Improviso — Jazz sem fronteiras é produzido e apresentado pelos jornalistas Vinicius Becker e Flavio de Mattos, aos sábados às 20h, com reapresentação aos domingos, às 23h30. Os ouvintes podem participar com sugestões para a produção pelo e-mail jazz@senado.gov.br.

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,

Sebastião Rocha sugere comissão para propor medidas contra a violência

“O clima de violência exige uma posição firme do Congresso”, justifica senador, que lembra a experiência feita recentemente pelo Legislativo para tentar superar o problema da pobreza

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu, em discurso na sessão de ontem do Congresso Nacional, apoio dos parlamentares para a criação de uma comissão mista para examinar causas e propor soluções para o problema da violência urbana no Brasil. O senador lembrou que iniciativa semelhante foi bem-sucedida em relação à pobreza.

— O clima de violência atual exige uma posição firme do Congresso, em parceria com os governos estaduais e federal. A sociedade aguarda medidas mais concretas



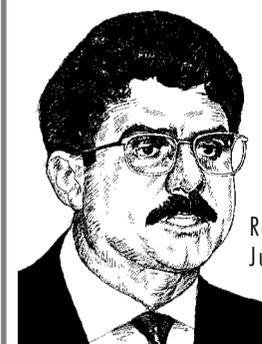
Rocha diz que a sociedade aguarda “medidas concretas” contra a violência

no combate à violência urbana — disse, lembrando a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de projeto que proíbe o porte de armas.

Rocha pediu ainda que os partidos de esquerda tenham cuidado ao apoiar incondicionalmente o governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), que vem fazendo denúncias do envolvimento de membros da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado

do Amapá com o narcotráfico. O senador acredita que há várias questões que o governador precisa explicar, como o repasse de R\$ 8 milhões à Assembleia Legislativa e acusações de desvio de R\$ 12 milhões do Fundef, o fundo de apoio ao ensino fundamental.

— É preciso cautela. O apoio incondicional a Capiberibe por parte dos partidos de esquerda pode parecer permissividade — afirmou o senador, lembrando que enviou nesta semana uma carta aberta aos partidos de esquerda tratando do assunto.



Romero Jucá

Jucá elogia publicação do PSDB sobre biodiversidade

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a iniciativa do Instituto Teotônio Vilela em publicar a série de livros que compõem a *Coleção Brasil*, destacando a recente divulgação de material sobre o tema da biodiversidade do país, distribuído em dois fascículos. Ele elogiou diversos aspectos das obras, como o formato, a apresentação gráfica e, principalmente, a simplicidade e leveza do texto.

Jucá informou que o Instituto Teotônio Vilela é uma entidade mantida pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para, entre outras propostas, divulgar e consolidar o ideário do partido. O instituto, acrescentou o senador, já publicou mais de uma centena de livros sobre os mais variados assuntos, tais como direitos humanos, direitos da mulher, as questões sociais e morais da reforma agrária, a livre iniciativa e a anistia política.

Para Romero Jucá, a edição que trata da biodiversidade tem importância singular pela abordagem das características estratégicas que o tema representa para o Brasil, pela riqueza de diversidade biológica. Ele observou que as obras também expõem o arcabouço institucional nacional e internacional da matéria e, principalmente, discorrem sobre as “iniciativas que cabem a todos e a cada um em termos de proteção e convívio adequado com o meio ambiente”.

— É fundamental a realização de um trabalho de esclarecimento e de mobilização da sociedade brasileira em torno da defesa da riqueza genética do país, para que sejam tomadas medidas que impeçam o acesso a esses recursos, de forma indiscriminada. Essa é uma questão de cidadania — concluiu o senador.

Suplicy defende ação social para enfrentar a criminalidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse, durante a sessão do Congresso Nacional, que, para combater a violência, é mais importante investir em educação e em programas de emprego do que na repressão policial. Suplicy analisou a pesquisa publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, indicando que 64% dos entrevistados pelo Datafolha consideram mais importantes ações sociais do que policiais para reduzir a violência.

Suplicy destacou que, entre os entrevistados, 6% são favoráveis

à participação das Forças Armadas no combate ao crime. O senador lembrou que a pesquisa foi publicada menos de 48 horas após o incidente no Rio de Janeiro, em que o assaltante Sandro do Nascimento manteve por mais de 4 horas um grupo de reféns dentro de um ônibus. O incidente terminou com uma ação desastrosa da Polícia Militar que levou à morte a pro-



Eduardo Suplicy

fessora Geisa Firmo Gonçalves e com o assassinato de Sandro do Nascimento, o assaltante, por asfixia.

— Entre as causas da violência, está a má distribuição de renda. O governo precisa agir para que não haja mais condições para que pessoas como San-

dro cheguem a situações de desespero como a que o levou a agir daquela forma, pondo em

risco a vida de diversas pessoas — disse Suplicy.

PADRE ESPANHOL

Suplicy fez ainda um apelo ao ministro da Justiça, José Gregori, para tomar providências imediatas quanto à detenção do padre espanhol Ramón Santiago, preso no aeroporto de Guarulhos, quando retornava à Espanha, depois de 30 anos de trabalho eclesástico no Brasil. “Apesar de ter 72 anos de idade, foi humilhado ao ser revistado antes do embarque, teve US\$ 6 mil confiscados e está detido”, afirmou.



Antonio Carlos Magalhães sugeriu à comissão que se reúna com senadores antes de encerrar os trabalhos

ACM recebe juristas encarregados de rever a Lei de Segurança Nacional

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem a comissão de juristas encarregada pelo ministro da Justiça, José Gregori, de propor um texto substitutivo para a atual Lei de Segurança Nacional. Sob a presidência do jurista Luiz Vicente Cernicchiaro, o grupo deverá propor um anteprojeto de lei para proteção do Estado democrático de direito.

De acordo com Cernicchiaro, “o acolhimento por parte do presidente Antonio Carlos foi excelente, havendo inclusive a sugestão para que, antes de encerrarmos oficialmente os trabalhos, façamos a comunicação a ele, que constituiria então uma reunião de senadores para que pudessem dar suas idéias, a fim de que o texto praticamente já pudesse sair pronto, com a colaboração dos parlamentares”.